

Pobres e pobreza.

Por uma ética de afirmação da vida

Monique Borba Cerqueira*

Pobres e pobreza constituem um tema de difícil abordagem, seja por sua capacidade de produzir num plano abstrato um círculo estéril e vicioso de impasses no debate político, econômico e sociológico, seja pela exaustão que se explicita na sua concretude como fenômeno do mundo, generalizado e banal, apontando cada vez mais para uma realidade aceita socialmente e muito próxima do imutável. Essa mesma imprecisão e fluidez passa pelo debate acadêmico e é evidenciada na preocupação de especialistas com a urgência da construção de um método científico consistente capaz de medir internacionalmente a pobreza, ao mesmo tempo que os indicadores precisariam incluir *“medidas subjetivas relacionadas ao sentir-se pobre”*¹. Trata-se aqui de tentar mapear e dar contensão a um fenômeno poroso, altamente complexo. Por outro lado, essa degenerescência presa à noção de pobreza que jamais informa sobre exatamente do quê ou de quem se está falando é absolutamente sintomática, posto que desencoraja o desvendamento de seus mistérios, tornando-os triviais e esgotados em si mesmos.

O predomínio de uma idéia informe e fantasmática de pobreza não dissimula, molda e atormenta apenas os desvalidos. Implantada no coração social, a ameaça representada pela *falta soberana* gera medo e engendra dispositivos políticos que percorrem toda sociedade capitalista. Muitas são as gradações que essa poderosa máquina de codificação estabelecerá nos grupos e indivíduos. Nesse sentido, nossa discussão exige, a princípio, não tomar a pobreza como fenômeno determinado exclusivamente por um padrão econômico expresso na esfera da materialidade, mas a partir da dinâmica das relações sociais que ancora uma maior ou menor base de reciprocidades éticas entre os homens.

O pobre é incapaz, grotesco, burro, abjeto, só podendo ocupar um lugar de subtração e exibir alguma forma de apagamento de si. Por isso, ao conjunto da plebe nomeia-se *“povo”*, título que prima pela mesma indiferenciação atribuída às *“classes populares”*. Ambas são formas que sugerem uma adequação da política à pobreza. Apontando para vagos e imprecisos contingentes

humanos, sob tais definições constela-se uma grande dificuldade: a de reconhecer que os pobres são, antes de tudo, possuidores de desejo, além de serem possuídos pelos desejos alheios. Martin-Barbero (2003), ao tematizar as transformações do *“homem da indústria”*, cuja participação já não era apenas como espectador de um processo, mas também como ator, vê no proletário do filme *“Tempos Modernos”* um *“homem com fome, torpe, golpeado continuamente pela política e, contudo dotado de uma capacidade de significar, de uma força representativa imensa...”*. Mas, porque o desejo é uma força capaz de derrubar as distinções de classe, os pobres dificilmente são reconhecidos sob seu solo.

Em sua leitura sobre Espinosa, Deleuze (2002) aponta para uma filosofia que denuncia tudo aquilo que falsifica e nos separa da vida através de valores de depreciação da própria vida. É deste referencial que partimos para a compreensão de uma idéia que se expressa através de imagens e semânticas negativas e correlatas.

Num sentido oposto aos domínios da ética, a moralidade reforça a impotência, regula visibilidades e invisibilidades daqueles que estão em toda parte: os pobres. Por isso, requer atenção todo modo de identificar, classificar, qualificar o pobre. Códigos moralmente compartilhados recomendam, indicam, estabelecem que o pobre bom, o pobre dócil é aquele que consome pouco, mas consome; é fundamentalmente um trabalhador; está inserido em algum arranjo ou dinâmica familiar; pode ser ou não eleitor, pois sua mera figuração existencial produz antecipadamente dividendos políticos. Esse é o pobre que está na literatura, na mídia, nas plataformas políticas, nos programas sociais. É o pobre que não pode falar, mas de quem se fala. É o pobre que recebe elogios, prêmios por seu esforço criativo ou empreendedor; é aquele para quem planejam-se intervenções e imagina-se resgatar dos limites da doença, do crime, da delinquência; às vezes incômodo, esse pobre é, sobretudo, útil.

Mas há outro tipo de desvalido, aquele que é *“sujo”*, *“esfarrapado”*, *“nauseabundo”*, *“coberto de úlceras”* e



Foto da exposição Retratos Falantes de Paulo Fridman.

“repugnante”. Pode ser, além disso, um “desclassificado”, representante da “escória”, o “refugo”, “o rebotalho de todas as classes” (MARX, 1978). A ideia de lumpemproletariado reforça que não há lugar social reservado para esses seres, cuja existência não é passível de ser incorporada a uma classe.

Mas “pobreza” não é apenas uma palavra destinada a designar. É o lugar de confinamento dos pobres. Por isso, surpreendente é a linha que atravessa as dimensões semânticas reveladas na incrível variedade de representações em que *o pobre* e *a pobreza* associam-se a sentimentos. Mollat (1989) chama atenção para a enorme condescendência que o diminutivo “pobrezinho” pode exprimir, bem como suas oscilações de sentido, que vão do desdém, ao desprezo; do desprezo, à repulsa. Uma incrível dramaticidade acerca o homem pobre e sua condição sofrida. A pobreza é um acontecimento que impõe estranhas gradações à nossa sensibilidade — piedade, indignação, misericórdia, repugnância, temor, revolta —; emoções que ao circularem no espaço social imprimem sua marca nas esferas de produção intelectual e política, onde encontram sua completa naturalização.

Ao contrário das visões que alegam uma tendência à obscuridade na qual enclausurou-se a pobreza, Telles (1999) afirma o quanto estamos diante de uma realidade amplamente registrada na sociedade brasileira. Mas por que essa pobreza tão conhecida, tão persistente sempre foi incapaz de exigir padrões mínimos de civilização? Este é o enigma da pobreza brasileira, segundo Vera Telles.

Até que ponto essa ampla visibilidade que temos da pobreza nos provoca? E aqui sua imagem mistura-se à experiência real de uma sociedade que tropeça na miséria e, talvez, por isso mesmo, tenha criado tantos artifícios para absorvê-la de forma silenciosa.

A ampla visibilidade da pobreza na sociedade brasileira não é formadora de opinião política, não traz clareza ou transparência para solução dos problemas sociais. Mais do que qualquer outra coisa, a imagem da pobreza reforça uma moral da impotência e da rejeição. E é sob este solo moral que se define um regime de representação e intervenção que elege qual o contingente de minimização humana sob seu foco.

Referências Bibliográficas

- DELEUZE, Gilles. Espinosa, Filosofia Prática. São Paulo: Escuta, 2002.
- MARTIN-BARBERO, Jesús. Os Meios e as Mediações. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.
- MARX, Karl. O 18 Brumário e cartas a Kugelmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- MOLLAT, Michel. Os Pobres na Idade Média. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- TELLES, Vera. Direitos Sociais. *Afinal, do que se trata?* Belo Horizonte, UFMG: 1999.

* Pesquisadora do Instituto de Saúde. Email: monique@isaude.sp.gov.br
1 Palestra realizada em 18/11/2002, na PUC/SP, pelo Professor Dave Gordon, Diretor do Centro Townsend para Pesquisa Internacional sobre a Pobreza.